

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.058 - SP (2019/0167812-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : DANILO DUARTE SANTANA
ADVOGADO : JOSÉ MARCOS PONTONI - SP120675
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por DANILO DUARTE SANTANA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2043601-61.2019.8.26.0000).

Depreende-se dos autos que o recorrente foi preso preventivamente (e-STJ fls. 119/121) e denunciado (e-STJ fls. 114/116), pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, I e IV, na forma do art. 14, II, ambos do Código Penal, tendo em vista que (e-STJ fl. 114):

[...] no dia 03 de novembro de 2017, por volta das 05h27, na Rua Itapaiuna, altura do n. 336, Vila Andrade, nesta Capital, DANILO DUARTE SANTANA, qualificado as fls. 25, por motivo torpe e mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, tentou matar P.C.S.N., mediante disparos de arma de fogo, somente não logrando êxito por circunstâncias alheias à sua vontade, causando lesões descritas no laudo de corpo de delito de fls. 38/39.

Impetrado *habeas corpus* na origem, os desembargadores da 15ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça denegaram a ordem (e-STJ fls. 171/175). Recebeu o acórdão esta ementa (e-STJ fl. 173):

HABEAS CORPUS. Homicídio qualificado. Prisão preventiva decretada para o curso da instrução criminal. Legalidade. Fundamentação da decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória. Obediência aos preceitos do Art. 312 do CPP. Alegação de excesso de prazo. Pretensão a revogação do decreto de prisão preventiva por demora na instrução. Constrangimento ilegal. Inocorrência. Ordem denegada.

Neste *writ*, a defesa aponta constrangimento ilegal decorrente da medida constritiva.

Sustenta ilegalidade na decretação da custódia, já que foi pautada, somente, em argumentos genéricos.

Ressalta que, na data, local e horários dos fatos, o recorrente encontrava-se na residência de sua companheira, fato este não foi investigado pela autoridade policial. Pontua que a suposta vítima afirmou que nunca foi ameaçada ou agredida por ele.

Informa que, se "*comparecer à audiência a ser designada pela autoridade coatora, será preso, desta forma não comparecerá a audiência e não poderá apresentar sua versão dos fatos, não poderá contestar o suposto crime que lhe é imputado sem o crivo do contraditório, acrescente-se ainda que quando chamado para prestar esclarecimentos no Distrito Policial, não se negou a comparecer, sendo certo que, caso seja revogada sua prisão preventiva, o acusado comparecerá a todos os atos processuais a que for chamado*" (e-STJ fl. 184).

Afirma que, até o presente momento, só houve o depoimento da suposta vítima e da companheira do investigado, na fase inquisitorial.

Alega que o recorrente é primário, possui bons antecedentes e residência fixa, não estando presentes os requisitos exigidos pelo art. 312 do Código de Processo Penal para a manutenção da prisão preventiva.

Dessa forma, requer, liminarmente e no mérito, a expedição do salvo conduto, com a revogação da prisão (e-STJ fls. 179/192).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade

no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Notadamente, porque o Tribunal de Justiça manifestou-se no sentido de que (e-STJ fl. 174):

De acordo com os documentos encartados aos autos, o paciente praticou homicídio, tentado, por motivo torpe e de forma que dificultou a defesa da vítima.

A gravidade do delito, diante das evidências de materialidade e autoria já dispensam maiores comentários sobre a necessidade de segregação, diante da periculosidade demonstrada por autor capaz da prática de tal ato.

Por tratar de processo submetido ao rito do Júri, com instrução pormenorizada, considerando-se as penas, em tese, aplicáveis, está bem fundamentada a decisão que considerou a possibilidade do paciente em furtar-se ao comparecimento aos atos processuais e empreender em fuga, para frustrar a ação penal corrigenda de seu crime torpe.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, para que apresente futuras decisões acerca da situação do recorrente, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

